

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

.....

LIVRO I
DO PROCESSO EM GERAL

.....

TÍTULO IX
DA PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIA

.....

CAPÍTULO III
DA PRISÃO PREVENTIVA

.....

Art. 313. Em qualquer das circunstâncias, previstas no artigo anterior, será admitida a decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos: ([*“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 6.416, de 24/5/1977*](#))

I - punidos com reclusão; ([*Inciso com redação dada pela Lei nº 6.416, de 24/5/1977*](#))

II - punidos com detenção, quando se apurar que o indiciado é vadio ou, havendo dúvida sobre a sua identidade, não fornecer ou não indicar elementos para esclarecê-la; ([*Inciso com redação dada pela Lei nº 6.416, de 24/5/1977*](#))

III - se o réu tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 46 do Código Penal. ([*Inciso com redação dada pela Lei nº 6.416, de 24/5/1977*](#))

IV - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência. ([*Inciso acrescido pela Lei nº 11.340, de 7/8/2006*](#))

Art. 314 A prisão preventiva em nenhum caso será decretada se o juiz verificar pelas provas constantes dos autos ter o agente praticado o fato nas condições do art. 19, I, II ou III do Código Penal. ([*Artigo com redação dada pela Lei nº 5.349, de 3/11/1967*](#))

.....

.....